

O ACOMPANHAMENTO A ESTUDANTES COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE: PRODUÇÕES ACADÊMICAS E REFLEXÕES

SUPPORTING STUDENTS WITH ATTENTION DEFICIT HYPERACTIVITY DISORDER: ACADEMIC PRODUCTIONS AND REFLECTIONS

Karolayne Santos Araujo¹
Marcia Torres Neri Soares²
Leilany Marry Brizolara Silva³

Resumo: O Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) tem representado um desafio, do ponto de vista de favorecer seu processo de inclusão educacional. Desse modo, o presente texto origina-se de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Licenciatura em Pedagogia, com base em um levantamento teórico realizado na Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE) sobre TDAH e Atendimento Educacional Especializado (AEE). De caráter bibliográfico, tem por objetivo analisar produções teóricas acerca do TDAH no campo da Educação Especial a fim de caracterizar sua inserção na política governamental brasileira. Não obstante, como resultados, conclui-se sobre ser imprescindível a oferta de políticas públicas com garantias de permanência a estudantes com TDAH nas instituições de ensino, reduzindo os desafios para/no acompanhamento de suas necessidades específicas e auxiliando nas atividades docentes em sala de aula comum.

Palavras-chave: Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade. Atendimento Educacional Especializado. Políticas Públicas de Inclusão.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb), *Campus XI*, Serrinha-BA.

² Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) *Campus XI-Serrinha BA* e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES). Professora da educação pública municipal de Feira de Santana-BA. Membro do grupo de pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (Epods).

³ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES). Professora do Atendimento Educacional Especializado do Centro de Atendimento Pedagógico a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (CAPENE) do município de Serrinha-BA. Membro do grupo de pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (Epods).

<fnFinancial-disclosure> OU <fnSupported-by>: Fonte de financiamento.

<fnConflict>: Conflito de interesse.

<Correspondence>: E-mail do autor-correspondência.

<History>: Data de recebido.

<History> Data de aprovado.

<fnEdited-by>: Editor: Marcelo Máximo Purificação.



O ACOMPANHAMENTO A ESTUDANTES COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE: PRODUÇÕES ACADÊMICAS E REFLEXÕES

Abstract: Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD) has been a challenge from the point of view of favoring its educational inclusion process. Thus, this text originates from a Final Paper (FP) of a Pedagogy Degree Course, based on a theoretical survey carried out by Revista Brasileira de Educação especial (RBEE) on ADHD and Specialized Educational Services (SES). From a bibliographical nature, it aims to analyze theoretical productions about ADHD in the field of Special Education in order to characterize its insertion in Brazilian government policy. Nevertheless, as a result, it is concluded that it is essential to offer public policies with guarantees of permanence to students with ADHD in educational institutions, reducing the challenges to/in supporting their specific needs and assisting in teaching activities in the common classroom.

Keywords: Attention Deficit Hyperactivity Disorder. Specialized Educational Support. Public Inclusion Policies.

Introdução

Este artigo resulta de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) *Campus XI*, Serrinha-BA, cujo objetivo central foi o de realizar estudo acerca das produções acadêmicas, no tocante às dificuldades no campo da educação pública com relação a inserção de crianças com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) nas políticas públicas de inclusão educacionais, especificamente no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

O estudo integra as pesquisas concernentes à problemáticas relacionadas às interfaces entre o AEE e o TDAH. Percebe-se sua relevância, tendo em vista suas possíveis contribuições para a ampliação dos direitos de estudantes com necessidades específicas.

Experiências pessoais, acadêmicas e profissionais, das autoras, motivaram o interesse pelo tema, em especial de uma delas na realização de estágio remunerado/não obrigatório ofertado por uma instituição vinculada à prefeitura e à secretaria municipal de educação de Serrinha-BA. A experiência,



O ACOMPANHAMENTO A ESTUDANTES COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE: PRODUÇÕES ACADÊMICAS E REFLEXÕES

realizada em uma escola pública municipal no ano de 2019, oportunizou o contato com uma criança com TDAH.

No ano seguinte, no período da pandemia da Covid-19⁴, em atividades extra escolares, acompanhando uma estudante com sete anos de idade e no desenvolvimento das intervenções, a criança apresentava dificuldades para interagir nos compartilhamentos dos saberes, com pouca atenção e significativa interferência em sua aprendizagem e/ou rendimento escolar. O fato ajudou a aguçar o interesse e curiosidade sobre o assunto.

Além desse contato inicial, o tema é relevante, afinal é imprescindível obter conhecimentos para/na formação docente, pois pode contribuir no trato com as diferenças tanto em sala de aula, quanto fora dela. O embasamento do estudo fundamentou-se por referenciais bibliográficos, de caráter qualitativo. De acordo com Minayo (2001, p. 21-22) a pesquisa qualitativa “[...] corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis.”, ou seja, não pode ser quantificado, valorizando o processo de desenvolvimento dos sujeitos com ênfase em diferentes motivos, crenças, significados, valores e atitudes.

A partir da problemática apresentada, a pergunta norteadora da pesquisa relatada no presente texto foi: como o levantamento de produções teóricas acerca do TDAH em uma revista de Educação Especial pode contribuir para a visibilidade da temática no campo das políticas públicas? O presente artigo tem por objetivo, portanto, analisar produções teóricas acerca do TDAH no campo da Educação Especial a fim de caracterizar sua inserção na política governamental brasileira. Como objetivos específicos do estudo, elencou-se: reconhecer as produções acadêmicas da Revista Brasileira de Educação Especial, dos últimos cinco anos, acerca do TDAH; discutir a inserção da temática no campo das políticas públicas de inclusão; contribuir com a visibilidade dos direitos dos estudantes com TDAH à luz das produções teóricas analisadas.

⁴ A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e tem como principais sintomas febre, cansaço e tosse seca. Outros sintomas menos comuns e que podem afetar alguns pacientes são: perda de paladar ou olfato, congestão nasal, conjuntivite, dor de garganta, dor de cabeça, dores nos músculos ou juntas, diferentes tipos de erupção cutânea, náusea ou vômito, diarreia, calafrios ou tonturas. Disponível em: <https://www.paho.org/pt> Acesso em: 01/12/2023.



O ACOMPANHAMENTO A ESTUDANTES COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE: PRODUÇÕES ACADÊMICAS E REFLEXÕES

Para efeitos de organização, o presente texto está estruturado da seguinte maneira: a Introdução apresenta o interesse, tipo da pesquisa e os objetivos gerais e específicos, bem como a organização do artigo. Em seguida, a seção “Desafios e possibilidades no trabalho com o TDAH: uma discussão no âmbito das legislações brasileiras” discute o conceito de TDAH dentro de uma abordagem educacional e provoca reflexões sobre as legislações vigentes, mais especificamente no campo do AEE. Por conseguinte, apresenta o levantamento realizado na seção intitulada “Dados revelados na Revista Brasileira de Educação Especial: reflexões sobre o TDAH” com a devida análise de dados e, assim, problematiza as “Considerações Finais”.

Desafios e possibilidades no trabalho com o TDAH: uma discussão no âmbito das legislações brasileiras

Crianças com TDAH habitualmente se tornam alvo de atenção sendo, muitas vezes, classificadas como indisciplinadas, desatentas, dentre outros rótulos. Geralmente deixam de receber atenção adequada e são excluídas por parte dos colegas, educadores e demais integrantes da comunidade escolar.

Ao reconhecer a importância do olhar e participação docentes no entendimento dessa especificidade, muito frequente no contexto escolar, é importante promover possibilidades de investimentos na formação continuada a fim de diferenciar as crianças com TDAH daquelas com o comportamento indisciplinado, e assim orientar familiares para/na busca de encaminhamentos com os profissionais competentes e possíveis diagnósticos. Todavia, em quaisquer resultados/encaminhamentos, ressaltamos não serem definidores das capacidades dos estudantes, afinal eles estão muito além de um diagnóstico ou das limitações imputadas por um relatório médico.

Para Libâneo (2005, p.76): “a reflexão sobre a prática não resolve tudo, a experiência refletida não resolve tudo. São necessárias estratégias, [...] que ajudam a melhor realizar o trabalho e melhorar a capacidade reflexiva sobre o que e como mudar”. Sendo assim, é imperioso, ao professor, a busca de conhecimentos e estratégias metodológicas fundamentais para mediar, analisar e compreender criticamente os contextos sociais e culturais, podendo assim ser um agente de transformação.



O ACOMPANHAMENTO A ESTUDANTES COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE: PRODUÇÕES ACADÊMICAS E REFLEXÕES

Nesse cenário de investimento no âmbito das políticas públicas, o AEE acontece como um apoio a sala de aula comum, no qual existe a parceria entre o profissional especializado e o professor da sala comum para auxiliar nas dificuldades presentes na aprendizagem de crianças ou jovens com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Altas Habilidades/Superdotação (Brasil, 2008). Neste público não estão incluídos os estudantes com TDAH, todavia algumas discussões teóricas sobre o assunto mencionam ações pedagógicas nesses espaços de atuação para tais estudantes. Além disso, desperta nossa atenção, as dificuldades em garantir um acompanhamento para esses estudantes na educação pública, por isso compreendemos a relevância do presente estudo.

O TDAH é um diagnóstico médico e, portanto, uma classificação dada aos indivíduos. É relevante mostrar as possibilidades de desenvolvimento, como um ser de senso crítico, reflexivo, autônomo, protagonista e consciente de seus direitos e deveres, com compreensão da realidade econômica, social e política do país e do mundo.

Em se tratando especificamente sobre a hiperatividade, alude-se a um dos distúrbios de conduta mais comum na idade escolar, caracterizado por uma condição de atividade motora demasiada e crônica, déficit de atenção e carência de autocontrole. Segundo Topczewski (2011, p. 8), a hiperatividade não é uma doença, mas característica de “[...] algum distúrbio como TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade), alguns tipos de DDA (Distúrbio de Déficit de Atenção) TOC (Transtorno Obsessivo Compulsivo) e outros distúrbios de aprendizagem ou comportamento.”.

Ainda, de acordo com o autor, por não ser uma doença, inexistente um tratamento, mas prevalece a necessidade de um olhar adequado e contínuo para avanços e desenvolvimento do sujeito, afinal “a hiperatividade é um desvio comportamental, caracterizado pela excessiva mudança de atitudes e de atividades, acarretando pouca consistência em cada tarefa a ser realizada”. (Topczewski, 2011, p.8). Deste modo, diminui a probabilidade de o estudante manter-se quieto e/ou concentrado em qualquer ocasião de tempo cogente à realização de atividades comuns do seu dia a dia.



O ACOMPANHAMENTO A ESTUDANTES COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE: PRODUÇÕES ACADÊMICAS E REFLEXÕES

A luta pela inclusão escolar é um movimento mundial de ação política, social, cultural e educacional, a fim de todos aprenderem e participarem juntos sem nenhum tipo de preconceito ou exclusão. No Brasil, a legislação preceitua o acesso e permanência dessas pessoas em espaços escolares na perspectiva de efetivar uma educação inclusiva.

Do ponto de vista do público da Educação Especial, é prescrito pela Constituição Federal, o seu direito ao trabalho e a educação (Brasil, 1988), bem como a Legislação de Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, 2001 (Brasil, 2001); Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação Inclusiva (Brasil, 2008), consolidadas na Lei de Inclusão de nº 13.146 de 2015 (Brasil, 2015) ou seja, há leis para a garantia do direito.

Sabemos ser de responsabilidade do Estado garantir, através das políticas públicas, o direito à educação para a sociedade, tendo em vista estar conectada ao desenvolvimento social de todos os sujeitos, independente da sua classe, raça ou gênero. Como está previsto no artigo 205, da Constituição Federal (1998) “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Desse modo, compreendemos a interligação entre o direito e a educação como também acontece na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96 (Brasil, 1996).

A Resolução 04 de 2009 do CNE-CEB (Brasil, 2009) executa uma ação de suma relevância ao analisar as condições ofertadas pela Política Nacional de Educação Especial, estabelecendo diretrizes para o AEE, como apoio aos estudantes das escolas regulares.

Conforme a Portaria Normativa nº 13, de 24 de abril de 2007, com a oferta do “Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais” ocorrem as seguintes disposições:

Criar o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais com o objetivo de apoiar os sistemas públicos de ensino na organização e oferta do atendimento educacional especializado e contribuir para o fortalecimento do processo de inclusão educacional nas classes comuns de ensino. Parágrafo Único. A sala de recursos de que trata o *caput* do artigo 1º, é um



O ACOMPANHAMENTO A ESTUDANTES COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE: PRODUÇÕES ACADÊMICAS E REFLEXÕES

espaço organizado com equipamentos de informática, ajudas técnicas, materiais pedagógicos e mobiliários adaptados, para atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos. (Brasil, 2007. p.1)

Embora essas políticas tenham conquistado espaços, ainda há uma lacuna nas ressignificações na área do ensino e aprendizagem. Estas garantem o acesso, porém essa inserção trouxe consigo desafios para a escola, muitas vezes, ainda configurada como espaço de segregação e classificação de “padrões” únicos para todos (Glat, 2018).

Sabe-se da imprescindibilidade de investimentos na/para a formação docente, assunto recorrente no campo das políticas públicas, no entanto, se a formação para lidar com a diversidade inerente à condição humana estiver com o objetivo somente de transmitir saberes ou prática, não será de grande valia, pois de acordo com Freire (2004, p. 13) “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”.

Na contemporaneidade e, em alguns casos, as instituições escolares apenas realizam matrículas, mas não oferecem condições de acessibilidade e permanência. As instituições escolares, em sua maioria, não estão preparadas para receber estudantes com algum tipo de necessidade. Segundo Mantoan (2003, p. 7-8): “há diferenças e há igualdades, e nem tudo deve ser igual nem tudo deve ser diferente” ou seja, somos iguais nas diferenças, e isso tem que ser respeitado por todos.

A declaração de Salamanca (Unesco, 1994) já se referia à Educação Inclusiva como a probabilidade de potencializar o conceito de “educação para todos”, na compreensão de participação de estudantes com necessidades educacionais especiais, ou com deficiência na escola.

Mais recentemente, a Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021 (Brasil, 2021) dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Embora seja considerada um significativo avanço, convém acompanhar seus desdobramentos, pois seu teor indica a necessidade de articulação multissetorial com serviços nem sempre tão disponíveis nas instâncias municipais e estaduais de educação. A articulação é explicitada no artigo 3º:



O ACOMPANHAMENTO A ESTUDANTES COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE: PRODUÇÕES ACADÊMICAS E REFLEXÕES

Educandos com dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem que apresentam alterações no desenvolvimento da leitura e da escrita, ou instabilidade na atenção, que repercutam na aprendizagem devem ter assegurado o acompanhamento específico direcionado à sua dificuldade, da forma mais precoce possível, pelos seus educadores no âmbito da escola na qual estão matriculados e podem contar com apoio e orientação da área de saúde, de assistência social e de outras políticas públicas existentes no território. (Brasil, 2021).

As “políticas públicas existentes no território” parecem povoar uma esfera incerta a partir das condições locais de cada jurisprudência, devolvendo ao público de estudantes com TDAH, seus familiares e professores diretamente envolvidos, a responsabilidade pela atenção/acompanhamento às necessidades de tais estudantes.

Destarte, uma lei anterior, a Lei 13.935/2019 (Brasil, 2019) a qual determina sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, em “atenção às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais”, já versava sobre o suporte necessário para essa parcela de estudantes, haja vista os espectros de atuação, dos profissionais mencionados, assumirem papéis primordiais para a educação. Nesse sentido, subentende-se contribuições ao desenvolver ações para/na melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, como também com a criação de intervenções voltadas à superação de processos de exclusão e estigmatização social. Além disso, podem favorecer o conhecimento das demandas sociais dos estudantes, famílias, comunidade e demais profissionais da educação, contribuindo na aproximação desses sujeitos de diversas formas.

Embora reconheçamos, mais uma vez, a importância da Lei, escapam à análise do presente texto, condições concretas de sua efetivação, dadas as características das escolas brasileiras, bem como os anos seguintes a sua promulgação transversalizados pela pandemia da Covid19 e seus desdobramentos na esfera educacional brasileira e mundial, aspecto a sugerir a realização de novos estudos. Ademais, recentemente, por meio da Lei nº 14.819 (Brasil, 2024) instituiu-se a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares devendo ser articulada com o disposto na Lei nº



O ACOMPANHAMENTO A ESTUDANTES COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE: PRODUÇÕES ACADÊMICAS E REFLEXÕES

13.935 (Brasil, 2019), aspecto a endossar a relevância em se acompanhar suas implicações como dantes mencionamos.

A partir desse importante resgate legal e histórico, nossa atenção é aguçada a olhar para as condições de participação de estudantes com TDAH, do ponto de vista teórico, como oportunizado no seguimento.

Dados revelados na Revista Brasileira de Educação Especial: reflexões sobre o TDAH

Para realização da pesquisa base para elaboração deste artigo, fez-se uma busca bibliográfica na Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE), com publicação da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE) na área das ciências humanas. Criada no ano de 1992, a revista objetiva compartilhar os conhecimentos da área da Educação Especial. O *site* da revista⁵ é de fácil manuseio, haja vista estar organizada em publicações anuais, quantidade de volumes e números, facilitando a busca e análise dos arquivos publicados, além de contar com a tradução de outros idiomas como a língua inglesa e espanhola. A escolha justifica-se por ser uma revista de referência, constantemente analisada interna e externamente, com classificação *qualis* A1, segundo plataforma Sucupira.

Anualmente a revista publica em torno de quatro edições, organizadas por ano, volume e número. Para efeito de construção dos dados da pesquisa relatada, o período investigado compreende os últimos cinco anos: 2019-2023. Em 2019, foram publicados 45 artigos. Já em 2020, 46 artigos. No ano de 2021, foram publicados 65 artigos. Em 2022, 38 artigos e, no ano de 2023, 31 artigos publicados, totalizando 225 estudos.

Com base no levantamento realizado, do total de 225 textos analisados por meio do título, resumo e palavras-chave, foi possível identificar 20 textos com proximidade às Políticas de AEE; Metodologia de Análise de Dados e, mais especificamente, à discussão acerca das necessidades de estudantes com TDAH, como doravante compartilhado.

⁵ <https://www.scielo.br/j/rbee/>



O ACOMPANHAMENTO A ESTUDANTES COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE: PRODUÇÕES ACADÊMICAS E REFLEXÕES

Em 2019, Garcia e López (2019) abordam sobre alterações do cenário da educação especial no Chile a partir da educação inclusiva e a manutenção da terminologia “estudantes com necessidades educacionais especiais” ainda é utilizada para as pessoas usuárias das políticas. O termo sugere a inclusão de estudantes com TDAH, como investiga o *corpus* do estudo relatado neste texto. No mesmo ano, Ramos e Garcia (2019) relatam a utilização de jogos digitais como de grande relevância no processo de aprendizagem dos estudantes público do AEE. A fim de avaliar a habilidade verbal e exercício, o Teste de Matrizes de Raven⁶ analisou crianças com TDAH e observou melhorias inibitórias e na lembrança visual.

Por seu turno, Vaz (2019) mostra produções acadêmicas no tocante ao profissional de Educação Especial no período compreendido entre 2010 a 2016 e conclui sobre três maneiras de denominar o docente de EE, como professor, profissional e educador. Medina e Guimarães (2019) ressaltam a eficácia das funções executivas na participação de pessoas disléxicas com a intervenção interessada no desenvolvimento fonêmico de avaliação de desempenho na leitura. Apesar de poucos estudos apresentarem as vantagens da função executiva, os resultados do estudo evidenciam suas melhorias em crianças sem dificuldades de aprendizagem e também nas com TDAH.

Já Secanell e Núñez (2019) discutem a importância da mediação com *mindfulness*⁷ no acompanhamento do TDAH para possível aplicação no sistema educacional por trazer redução significativa nas características, no entanto, evidenciam a insuficiência de pesquisas e programas com vistas à inclusão.

Amaral e Monteiro (2019) ressaltam a importância da formação inicial do

⁶ O Teste das Matrizes Progressivas de Raven é um instrumento não verbal para avaliação da inteligência. As pesquisas sobre ele, no Brasil, iniciaram-se na década de 1950 e continuaram a desenvolver-se com o passar dos anos, em maior ou menor escala de acordo com o período. (Cardoso *et al*, 2017). Disponível em: [Análise da Produção Científica Brasileira sobre o Teste das Matrizes Progressivas de Raven](#). Acesso em 22 fev. 2024.

⁷ De forma aplicada, refere-se a um tipo de meditação que envolve o foco atencional na respiração, pensamentos e sensações, conforme surgem na consciência. Logo, *mindfulness* acaba adquirindo sentido amplo, que pode ser de qualidade mental, traço, estado ou habilidade; de prática aplicada, como uma técnica, um tipo de meditação ou programa de intervenção; ou de princípios filosóficos e teóricos, que permeiam tradições como o budismo ou algumas abordagens psicológicas. (Azevedo; Xavier; Menezes, 2022). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/stgh5KtZkQsM8N8VtKGbRrc/?lang=pt> Acesso em 21 abr. 2024.



O ACOMPANHAMENTO A ESTUDANTES COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE: PRODUÇÕES ACADÊMICAS E REFLEXÕES

formador atuante no AEE e a formação continuada na área da Educação Especial. Já Cassemiro e Campos (2019) discutem sobre a formação de professores e a priorização da teoria e prática como fatores fundamentais para o contato entre estudantes e corpo docente.

Kraemer e Thoma (2019) observam como se dá a efetivação das políticas de inclusão na sociedade brasileira e de qual maneira acontece os investimentos na garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Desse modo, são apresentados programas ofertados pelo Ministério da Educação com o objetivo de favorecer a inclusão escolar, dentre os quais, o AEE voltado para complementar a aprendizagem, participação e desenvolvimento, a fim de promover a autonomia do sujeito.

Silva e Andrade (2019) realizam uma análise do tema deficiência nos currículos de graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e como estes cursos podem melhorar tendo em vista, a diversidade da deficiência e assuntos discutidos. No estudo, identifica-se na metodologia a inserção do descritor TDAH associado ao termo acessibilidade, todavia não há uma abordagem específica sobre nosso objeto de estudo.

Fischer (2019) indica a eficácia da técnica do diário reflexivo na prática e no estudo em educação, levando à definição do problema, reflexão e tomada de decisão com impactos positivos no exercício docente. Como resultados, as diferenças observadas no diário reflexivo podem ser consideradas em diversas circunstâncias, como depressão, Transtorno de Déficit de Atenção (TDA), problemas de visão ou auditivo, como exemplificam o estudo.

Pereira e Guimarães (2019) discutem sobre a formação de professores no curso de Pedagogia e evidenciam a carência da carga horária voltada a disciplinas na área da educação especial, consideradas inferiores quando comparadas a outras. Desse modo, cita a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e o modo como explora de maneira abrangente a Educação Especial no componente curricular “Necessidades Educacionais Especiais” (NEE), as características, conceitos e políticas públicas de diferentes deficiências como a auditiva, visual, cerebral, TDAH entre outras. Embora o estudo não aprofunde as especificidades, para nós apresenta um dado importante, pois ao se utilizar o termo NEE, inclui estudantes com TDAH e compreende uma atenção no



O ACOMPANHAMENTO A ESTUDANTES COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE: PRODUÇÕES ACADÊMICAS E REFLEXÕES

centro da política pública analisada.

Camargo e Paes de Carvalho (2019) discutem sobre o direito à educação através das políticas educacionais para estudantes com deficiência e as dificuldades dos gestores para cumprirem seu trabalho. Já em 2021, Garcia e Barcelos objetivam evidenciar os movimentos políticos e sua participação na constituição do público das políticas de Educação Especial no Brasil. Garcia e Michels (2021) trazem discussões acerca das orientações internacionais de políticas educacionais entre 1990 e 2020 e analisa três gerações de políticas de educação especial no Brasil, relacionando o eixo educação e inclusão e as estratégias de equidade e aprendizagem.

Em 2022, Vergara et al (2022) discutem a relevância da família no compromisso escolar de estudantes com NEE, tendo em vista a importância dos sentimentos de acolhimento e inserção na instituição acadêmica para o encorajamento e vitória. Costa, Bianchi e Santos (2022) contribuíram com estudo acerca das crianças com altas habilidades/superdotação e citam o TDAH e outras especificidades como obrigatoriedade no processo de inclusão. Este também é um estudo a nos chamar bastante atenção, afinal reconhece a inclusão do trato desta especificidade no campo das políticas públicas, tal como discutido no presente texto.

Em 2023, Almutairi discorre sobre a importância de pessoas com condutas atípicas desfrutarem dos mesmos direitos de uma pessoa sem deficiência. O estudo também fortalece as reflexões tecidas neste artigo. Fiorini, Rolim e Lockmann (2023) revisitam a RBEE explorando a organização e estrutura da revista no decorrer das últimas três décadas, investigando os anos compreendidos entre 1992 a 2021. Do ponto de vista metodológico, auxilia também em nosso levantamento.

Amâncio e Mendes (2023) realizam a análise de 33 artigos com a finalidade de conhecer como as produções acadêmicas, sobre pessoas com deficiência, discutem as dificuldades encontradas no seu dia a dia. Almeida, et al (2023) fazem a análise com fontes eletrônicas de 28 artigos e conclui sobre benefícios da pandemia da Covid19 para a socialização e comunicação dos autistas. Estes dois textos, embora não estejam relacionados ao nosso tema, apresentam contribuições do ponto de vista sobre como elaborar análise de



O ACOMPANHAMENTO A ESTUDANTES COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE: PRODUÇÕES ACADÊMICAS E REFLEXÕES

dados em levantamentos teóricos, a exemplo do relatado neste texto.

A análise dos dados realizada na RBEE foi de suma relevância para a obtenção dos resultados, afinal indicam contribuições em quatro esferas: I. é possível e necessário desenvolver um trabalho com estudantes com TDAH no campo das políticas de Educação Especial/Inclusiva; II. A quantidade tímida de trabalhos encontrados sugere sobre a importância da continuidade do levantamento em revistas de psicopedagogia para identificação do enfrentamento à problemática na educação brasileira; III. A incidência mesmo pequena de publicações em uma Revista de Educação Especial, sugere encaminhamentos, por órgãos gestores municipais e estaduais, diferentes na abordagem e acompanhamento aos estudantes com TDAH, sugerindo, com ênfase, a realização de outros estudos; IV as fragilidades na disponibilização de profissionais como o psicólogo e o psicopedagogo na educação pública dão pistas sobre a vulnerabilidade desfrutada por familiares e estudantes nessa condição.

Considerações Finais

Ao revisitar os objetivos do estudo, verificamos uma escassez de pesquisas sobre sujeitos com TDAH no levantamento realizado. Todavia, embora poucos, os estudos evidenciam possibilidades de inserção de um olhar diferenciado para estudantes com esse diagnóstico, evidenciando possibilidades de trabalho nas legislações vigentes. O conhecimento, baseado nas leis governamentais brasileiras, tem a incubência de favorecer o acesso, permanência e condições de aprendizagens, valorizando a heterogeneidade, promovendo igualdade e oportunidades para todos.

É possível ajudar/apoiar os estudantes para superação dos desafios encontrados pelas suas particularidades. Segundo Mantoan (2003, p.36) “ a inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ ou dificuldade de aprender”, ou seja, a ideia é obter o conhecimento sobre as singularidades dos processos biopsicossociais, respeitando a peculiaridade de cada um, possibilitando condições para o desenvolvimento pleno de todos, a fim de acolher e favorecer o convívio com as diferenças entre os pares.



O ACOMPANHAMENTO A ESTUDANTES COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE: PRODUÇÕES ACADÊMICAS E REFLEXÕES

É imprescindível a oferta de políticas públicas com garantias de permanência a estudantes com TDAH nas instituições de ensino, reduzindo desafios para/no acompanhamento de suas necessidades específicas e auxiliando nas atividades do professor da sala de aula comum. A Lei nº 14.254 (Brasil, 2021) é importantíssima, porém ainda requer um acompanhamento aos seus desdobramentos conforme as atuais condições educacionais brasileiras. Por ser relativamente recente, também imaginamos serem produtores a realização de estudos sobre seus impactos na organização educacional do Brasil.

Os resultados do estudo indicam a importância de um acompanhamento específico ao estudante com TDAH, ressaltando a necessidade de pesquisas a fim de esclarecer dúvidas e informar a sociedade a existência de possibilidades e melhorias em seu desenvolvimento e permanência, bem como a imprescindibilidade de políticas públicas comprometidas com sua garantia.

Não obstante e reiteradamente, como resultados, conclui-se sobre ser imprescindível o cumprimento de políticas públicas com garantias de permanência a estudantes com TDAH nas instituições de ensino, reduzindo os desafios para/no acompanhamento de suas necessidades específicas e auxiliando nas atividades docentes em sala de aula comum.

Trata-se de um tema instigante no cenário educacional, afinal ainda há a necessidade de reflexões teóricas sobre possibilidades de aprofundamentos por outros estudiosos, além dos explicitados neste texto. Também acreditamos na relevância do conhecimento para proporcionar a busca pelos direitos garantidos pela legislação brasileira, sendo a luta pela inclusão, uma batalha contemporânea em todo o território nacional.

Referências

ALMEIDA, Amanda Ramos; *et al.* Impactos da Pandemia no Desenvolvimento da Criança com TEA: uma Revisão Sistemática. **Rev. bras. educ. espec.** 29 • 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/3nySJJFJWwwwybVpHrfDxvFN/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 23 abr. 2024.

ALMUTAIRI, Hamaed. Atitudes do corpo docente em relação ao ensino de alunos com deficiência intelectual leve no ensino superior. **Rev. Bras. Ed.**



O ACOMPANHAMENTO A ESTUDANTES COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE: PRODUÇÕES ACADÊMICAS E REFLEXÕES

Esp., Corumbá, v.29, e0042, p.1-22, 2023. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbee/a/p4ZnS49RmLfzqjZFrBLFxxQ/?format=pdf&lang=en>
Acesso em: 10 ago. 2023.

AMÂNCIO, Dayse Letícia Pereira. MENDES, Diego Costa. Pessoas com Deficiência e Ambiente de Trabalho: uma Revisão Sistemática. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Corumbá, v.29, e0140, p.161-180, 2023. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbee/a/CPZzr47ZxmxtRC9yGvVKnYH/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 11 ago. 2023.

AMARAL, Mateus Henrique do; MONTEIRO, Maria Inês Bacellar. Formação de Professores no GT 15 - Educação Especial da ANPED (2011-2017): Entre Diálogos e (Novas) Pistas. **Rev. bras. educ. espec.** 25 (2) • Apr-Jun 2019 Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbee/a/9wW86YzmH7PDKynyRLrfMrG/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em 07 de fev. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. MEC, Secretaria da Educação Especial, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº13, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a criação do "Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais"**. Brasília: MEC, 2007.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

_____. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: MEC, 2009.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

_____. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, Presidência da República, 2019.

_____. **Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021**. Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Brasília, Presidência da República, 2021.



O ACOMPANHAMENTO A ESTUDANTES COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE: PRODUÇÕES ACADÊMICAS E REFLEXÕES

_____. **Lei nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024.** Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares. Brasília, Presidência da República, 2024.

CAMARGO, Flávia Pedrosa de; PAES DE CARVALHO, Cynthia. O Direito à Educação de Alunos com Deficiência: a Gestão da Política de Educação Inclusiva em Escolas Municipais Segundo os Agentes Implementadores. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v.25, n.4, p.617-634, Out.-Dez., 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/XRCWL7VZfdx9LvWK4CVQKnN/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 23 abr. 2024.

CASSEMIRO, Maria de Fátima Pio; CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Formação de Professores para a Educação Especial - Propostas de Helena Antipoff e seus Colaboradores na Fazenda do Rosário nos Anos de 1960. **Rev. bras. educ. espec.** 25, Apr-Jun 201. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/mk8zxHgF5vFgHLPryC4wWNx/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 23 abr. 2024.

COSTA, Maira Maria da. BIANCHI, Alessandra Sant'Anna. SANTOS, Márcia Melo de. Características de Crianças com Altas Habilidades/ Superdotação: uma Revisão Sistemática. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v.28, e0121, p.71-88, 2022. <https://www.scielo.br/j/rbee/a/JHyhvxYRZ4jnDs3JL3gHmG/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 14 ago. 2023.

FIORINI, Maria. ROLIM, Carmem. LOCKMANN, Kamila. Revista Brasileira de Educação Especial: 30 Anos de História. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Corumbá, v.29, e0220, p.181-194, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/HGTcH9kxBtyqm6xWWdfvms/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 ago. 2023.

FISCHER, Marta Luciane. Tem um estudante Autista na minha turma! E agora? O Diário Reflexivo promovendo a sustentabilidade profissional no desenvolvimento de oportunidades pedagógicas para Inclusão. **Rev. bras. educ. espec.** 25, out/dez 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/vK7pnWwcns9pHxtvvVB8RMh/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 23 abr. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GARCIA, Rosalba Maria; BARCELOS, Lliam Guimarães de. A Constituição do Público-Alvo na Política de Educação Especial Brasileira: Movimentos e Disputas no Interior do Estado Integral. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v.27, e0170, p.1-16, , Jan.-Dez., 2021 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/wM3sNT4FRMqRdqYTR8YX4M/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2023.



O ACOMPANHAMENTO A ESTUDANTES COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE: PRODUÇÕES ACADÊMICAS E REFLEXÕES

GARCIA, Rosalba; LÓPEZ, Verónica. Políticas de Educação Especial no Chile (2005 - 2015): Continuidades e Mudanças. **Rev. bras. educ. espec.** 25 (1) • Jan-Mar 2019 • Políticas de educação especial no Chile (2005 – 2015): continuidades e mudanças Acesso em 23 abr. 2024.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; MICHELS, Maria Helena. A política de Educação Especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15 – Educação Especial na ANPEd. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.17, p.105-124, Maio-Ago., 2011. Edição Especial. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/G89VhYqSyh7VqLbhb5hF4Xm/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 23 abr. 2024.

GLAT, Rosana. Desconstruindo representações sociais: por uma cultura de colaboração para inclusão escolar. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.24, Edição Especial, p.9-20, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/46TchJ98ZcyvZ3Xb5X7ZkFy/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 23 abr. 2024.

KRAEMER, Graciele Marjana; THOMA, Adriana da Silva. A Modulação das Condutas das Pessoas com Deficiência no Contexto Educacional Brasileiro de Inclusão. **Rev. bras. educ. espec.** 25 (3) • Jul-Sep 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/X7f6ht9KvjqYbcN8XhPxY4K/?format=pdf&lang=pt> acesso em: 23 ABR. 2024.

LIBÂNIO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar: o que é? porquê? como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2003.

MEDINA, Giovanna Beatriz Kalva; GUIMARÃES, Sandra Regina Kirchner. Leitura de Estudantes com Dislexia do Desenvolvimento: Impactos de uma Intervenção com Método Fônico Associado à Estimulação de Funções Executivas. **Rev. bras. educ. espec.** 25 (1) • Jan-Mar 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/xW4wdxTT9VwRnYjkJvqDqYJ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 12 jan. 2024.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 9-29.

PEREIRA, Cláudia Alves Rabelo; GUIMARÃES, Selva. A Educação Especial na Formação de Professores: um Estudo sobre Cursos de Licenciatura em Pedagogia. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v.25, n.4, p.571-586, Out.-Dez., 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/CXq9DC4TmRGWkHG6wdxHbtg/?format=pdf&lang=pt> Acesso 23 abr. 2024.

RAMOS, Daniela Karine; GARCIA, Fernanda Albertina. Jogos Digitais e



O ACOMPANHAMENTO A ESTUDANTES COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE: PRODUÇÕES ACADÊMICAS E REFLEXÕES

Aprimoramento do Controle Inibitório: um Estudo com Crianças do Atendimento Educacional Especializado. **Rev. bras. educ. espec.** 25 (1) • Jan-Mar 2019.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbee/a/YPhVPPQ5x9xWXv6BXJZ6MGz/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 23 fev. 2024.

SECANELL, Irene López; NÚÑEZ, Sabina Pastor. mindfulness y el ABordAje del TDAH en el contexto educativo. **Rev. bras. educ. espec.** 25. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbee/a/LQvMPbVpBhjwSMHdZ9f386n/?format=pdf&lang=es> Acesso em 23 dez. 2024.

SILVA, Bruno Santana da; ANDRADE, Adja Ferreira de. Análise Descritiva do Tema Deficiência nos Currículos de Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v.25, n3, p.435-452, Jul.-Set., 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbee/a/9gk7Q69WHnw7dZRKRhDCnLN/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 23 abr. 2024.

TOPCZEWSKI, Abram. **Hiperatividade**: como lidar? São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 1994.

VAZ, Kamille. Professor, Profissional ou Educador: a Concepção de Professor de Educação Especial nas Produções Acadêmicas do Campo Específico da Educação Especial (2000-2016). **Rev. bras. educ. espec.** 25 (1) • Jan-Mar 2019 Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbee/a/G5DTB3pzQRsNBBJHbLTKyCr/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 24 fev. 2024.

VERGARA, Daniela Vera; *et al.* Rol de la Familia en el Compromiso Escolar Desde la Perspectiva de Estudiantes con Necesidades Educativas Especiales. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Corumbá, v.28, e0120, p.263-280, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbee/a/tgJF7KqmjmKTsd5D35HpQNJ/?format=pdf&lang=es> Acesso em 23 abr. 2024.